



TCE-RO

Proj. de Lei Complementar nº **130/13**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Av. Presidente Dutra, 4229 – Pedrinhas – CEP 76801-327 – Porto Velho
Fone (69) 3211 9037/9128 – Fax (69) 3211-9034
presidencia@tce.ro.gov.br

AO EXPEDIENTE

Em: **05 JUN 2013**

Presidente

ESTADO DE RONDÔNIA

Assembleia Legislativa

04 JUN 2013

Protocolo: **021/13**

Processo: **021/13**

Porto Velho, 29 de maio de 2013.

Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.

05 JUN 2013

1º Secretário

OFÍCIO Nº. 238/GP/2013

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **JOSÉ HERMÍNIO COELHO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Rua Major Amarantes, 390 – Arigolândia
Nesta

Assunto: **Encaminha Mensagem e Projeto de Lei Complementar ref. à alteração das Leis Complementares n. 307/04 e n. 154/96 e regulamentação da LC n. 692/12.**

Senhor Presidente,

Ao tempo em que cumprimento Vossa Excelência, encaminho, para apreciação e deliberação dessa egrégia Casa de Leis, Mensagem e Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre alteração nos anexos II e III da Lei Complementar n. 307, de 1º de outubro de 2004, no art. 75 da Lei Complementar n. 154, de 26 de julho de 1996 e, por fim, regulamenta o cumprimento das condições previstas nos incisos I e II do § 3º do art. 2º da Lei Complementar n. 692, de 03 de dezembro de 2012.

Certo de que esta proposição terá por parte desse poder legislativo a atenção que sempre foi dispensada a esta Corte de Contas, apresento a Vossa Excelência e demais pares votos de consideração.

Respeitosamente,

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

**SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO**

04 JUN 2013

Fernando Valério
Servidor(nome legível)

MENSAGEM

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Deputados,

Encaminho a Vossas Excelências, para a elevada apreciação e deliberação dessa Colenda Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, o anexo Projeto de Lei Complementar que altera os anexos II e III da Lei Complementar n. 307, de 1º de outubro de 2004, o art. 75 da Lei Complementar n. 154, de 26 de julho de 1996 e, por fim, regulamenta o cumprimento das condições previstas nos incisos I e II do § 3º do art. 2º da Lei Complementar n. 692, de 03 de dezembro de 2012.

Insta ressaltar que a iniciativa de proposição desta Lei Complementar está amparada no art. 39 da Constituição Estadual, que aduz: “A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao *Tribunal de Contas*, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição”. (grifo nosso).

A presente alteração legislativa cujo encaminhamento foi autorizado pelo Conselho Superior de Administração – Sessão realizada em 27.05.2013 – **versa tão somente acerca de adequação legislativa às atividades constitucionalmente reservadas à Corte de Contas Estadual.**

Dentre as modificações apresentadas destaca-se a melhor definição de um dos requisitos de ingresso dos servidores deste sodalício, na hipótese a titulação exigida para os agentes da área de informática, pois a atual redação legislativa restringe o campo de formação, vez que estabelece Ciências da Computação como única área de habilitação para tais cargos.

Ao lado disso, há a supressão de 2 (dois) cargos de Auditor e respectiva assessoria, bem como a definição de critérios para o pagamento da verba de que trata a Lei Complementar n. 692, de 03 de dezembro de 2012.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Av. Presidente Dutra, 4229 – Pedrinhas – CEP 76801-327 – Porto Velho/RO

Fone (069) 3211 9037/9128 – Fax (069)3211-9034

presidencia@tce.ro.gov.br

Neste ponto, releva-se importante frisar que o presente projeto de Lei Complementar **não gera qualquer incremento de despesa, isto é, não há majoração de subsídio ou remuneração** de quaisquer agentes – membros ou servidores – deste Tribunal.

Por essa razão, ao presente projeto de lei não foi anexado o estudo de impacto orçamentário financeiro, uma vez que, repito, **não há qualquer majoração à despesa realizada por esta Corte de Contas.**

Diante do exposto, e nos termos das normas legais, tenho a certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências à aprovação da inclusa propositura.

Porto Velho, 29 de maio de 2013.



JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO

Conselheiro Presidente

Altera os anexos II e III da Lei Complementar n. 307, de 1º de outubro de 2004, o art. 75 da Lei Complementar n. 154, de 26 de julho de 1996, e regulamenta o cumprimento das condições previstas nos incisos I e II do § 3º do art. 2º da Lei Complementar n. 692, de 03 de dezembro de 2012.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Os requisitos de que trata o anexo III da Lei Complementar n. 307, de 1º de outubro de 2004, para os cargos de analista de informática e auditor de controle externo, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Analista de Informática - diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências da Computação, Informática ou áreas afins.

Auditor de Controle Externo - Bacharel em: Administração; Ciências Atuariais; Ciências Contábeis; Ciências da Computação, Informática ou áreas afins, no interesse do Tribunal de Contas, conforme estabelecer o edital de concurso público; Ciências da Informação, nas áreas de habilitação: Biblioteconomia ou Arquivologia, no interesse do Tribunal de Contas, conforme estabelecer o edital de concurso público; Comunicação Social, nas áreas de habilitação: Jornalismo ou Relações Públicas, no interesse do Tribunal de Contas, conforme estabelecer o edital de concurso público; Direito; Economia; Enfermagem; Engenharia Civil; Engenharia Elétrica; Engenharia Florestal; Estatística; Medicina; Nutrição; Odontologia; Pedagogia; Psicologia; Serviço Social.”

Art. 2º. O artigo 75 da Lei Complementar n. 154, de 26 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 75. - Os Auditores, em número de 04 (quatro), serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre cidadãos que satisfaçam os requisitos exigidos para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, mediante concurso público de provas e títulos, observada a ordem de classificação.”

Art. 3º. Ficam extintos 2 (dois) cargos de Chefe de Gabinete de Auditor, 2 (dois) cargos de Assessor de Auditor e 2 (dois) cargos de Assistente de Gabinete, todos previstos no Anexo II da Lei Complementar n. 307, de 1º de outubro de 2004, na estrutura do Gabinete dos Auditores.

Art. 4º. As condições estabelecidas nos incisos I e II do § 3º do artigo 2º da Lei Complementar n. 692, de 03 de dezembro de 2012, cumpridas após a publicação desta Lei, geram direito ao pagamento a partir da apresentação do requerimento e não implicam o pagamento de valores retroativos.

Art. 5º. Os servidores empossados após a publicação desta Lei, que fizerem jus à verba de que trata a Lei Complementar n. 692, de 03 de dezembro de 2012, se sujeitarão às condições previstas nos incisos I e II do § 3º do artigo 2º e artigo 3º desse diploma, a qual será devida a partir do seu requerimento, vedado o pagamento retroativo.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em _____ de _____ de 2013, ____º da República.

CONFÚCIO AIRES MOURA

Governador